



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 558888 - MG (2020/0018633-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MAURO SANTOS ROCHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REGIME ABERTO EM PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSIÇÃO DE MONITORAMENTO PELO TRIBUNAL A QUO. MODUS OPERANDI DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. Ordem denegada.

DECISÃO

Relatou o Ministro Presidente João Otávio de Noronha ao indeferir a liminar (fl. 38 - grifo nosso):

Trata-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de **MAURO SANTOS ROCHA** em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Processo n. 1.0000.19.120092-2/000).

Ao paciente, que está cumprindo prisão domiciliar, foi determinado pelo Tribunal de origem o monitoramento eletrônico.

A impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, pois inexistente fundamentação idônea a justificar a inclusão de monitoração eletrônica como condição para a manutenção da prisão domiciliar.

Requer seja concedida a liminar para suspender, até o julgamento de mérito desta impetração, os efeitos da decisão impugnada.

[...]

Informações prestadas (fls. 43/58), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pela denegação da ordem (fls. 60/63).

É o relatório.

Busca a presente impetração que seja cassado o acórdão impugnado que determinou ao paciente o uso de tornozeleira eletrônica, no cumprimento da pena em

regime domiciliar.

Esta Corte já decidiu que, *na ausência de estabelecimento adequado para o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto, em virtude de déficit de vagas, pode o Juízo da execução deferir a prisão domiciliar, em substituição ao recolhimento em casa de albergado ou estabelecimento congênere, com monitoramento eletrônico, desde que este se mostre necessário e adequado. A esse respeito, entende esta Corte Superior de Justiça que a imposição de monitoramento eletrônico exige fundamentação concreta* (RHC n. 105.952/PR, Ministro Felix Fisher, Quinta Turma, DJe 1º/3/2019).

In casu, o Tribunal *a quo* determinou o uso da tornozeleira eletrônica, asseverando que (fls. 49/50 - grifo nosso):

[...]

No caso em tela, entendo que a colocação da tornozeleira eletrônica é providência recomendável, uma vez que seu uso não se mostra desproporcional quando comparado com o lapso de tempo de pena pendente de cumprimento e com a gravidade concreta do crime pelo qual o apenado foi condenado.

Conforme apontei no julgamento do habeas corpus 1.0000.18.109398-0/000, de minha relatoria e relativo à ação penal na qual o reeducando executa a condenação de forma provisória (autos 1008442-96.2018.8.13.0024), **o modus operandi demonstra a periculosidade do reeducando, que restou condenado em primeiro grau pela prática de roubo majorado pelo concurso de agentes, um deles adolescente, contra uma pluralidade de vítimas, inclusive uma gestante, no interior de um ônibus de transporte coletivo.**

Feitas essas considerações, dou provimento ao recurso para impor a monitoração eletrônica do reeducando

[...]

Do excerto transcrito, verifica-se que o Tribunal *a quo* fundamentou validamente a imposição do monitoramento eletrônico, não havendo, assim, qualquer ilegalidade a ser sanada por esta Corte.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator